

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

Angela Vilma de Oliveira

GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA EAD

CURITIBA

2009

Angela Vilma de Oliveira

GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA EAD

Monografia apresentada ao curso de Pós Graduação Lato - Sensu Gestão Pedagógica em Educação Infantil e Anos Iniciais da Universidade Tuiuti do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de especialização.

Orientadora: Prof^ª. Ana Maria Macedo Lopes

CURITIBA
2009

RESUMO

As mudanças trazidas pelo avanço tecnológico das últimas décadas resultaram em transformações sociais que envolveram as mais diversas áreas, dentre elas a da Educação. No bojo destas novas formas de organização, destaca-se a modalidade de Educação a Distância (EAD) e a gestão da educação nesse processo educativo. A utilização de tecnologia aplicada à educação, cuja função é a de transmitir informações e conhecimentos e proporcionar-lhes um meio para interagir com o educador, faz da EAD um espaço de aprendizagem em ambientes virtuais que propicia o desenvolvimento do processo educativo com alunos dispersos geograficamente. A gestão da educação na EAD, por envolver diferentes aspectos, deve prever a definição, estruturação e funcionamento sistemático de tudo que faz parte da proposta pedagógica definida para o processo educativo, prevendo, ainda, a preparação, o acompanhamento, monitoramento e a avaliação das equipes para garantir o adequado funcionamento do sistema adotado. Esta complexidade de procedimentos faz com que a atuação do gestor em EAD deva, obrigatoriamente, estar balizada em métodos e técnicas que permitam um planejamento adequado das decisões a serem tomadas. Neste contexto, o estudo teve como eixo norteador e objetivo geral apresentar teoricamente os temas EAD e a gestão da educação nesta modalidade de ensino.

Palavras-chave: Educação a Distância; Aprendizagem Colaborativa; Gestão da Educação,

ABSTRACT

The changes brought for the technological advance of the last decades had resulted in social transformations that had involved the most diverse areas, amongst them of the Education. In the bulge of these new forms of organization, it is distinguished in the modality of Distance Education (EAD) and the management of the education in this educative process. The use of technology applied to the education, whose function is to transmit information and knowledge and to provide a way to them to interact with the educator, makes of the EAD a space of learning in virtual environments that the development of the educative process with dispersed pupils propitiates geographically. The management of the education in the EAD, for involving different aspects, must foresee the definition, the structuralize and systematic functioning of that it is part of the proposal pedagogical defined for the educative process, foreseeing, still, the preparation, the accompaniment and the evaluation of the teams to guarantee the adequate functioning of the adopted system. This complexity of procedures makes with that the performance of the manager in EAD must, obligatorily, to be marked out with buoys in methods and techniques that allow an adequate planning of the decisions to be taken. In this context, the study it had as guide axle and objective generality theoretically to present subjects EAD and the management of the education in this modality of education.

Keywords: Distance Education; Collaborative Learning; Management of the Education.

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
ABSTRACT.....	4
INTRODUÇÃO	5
1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
1.1 DISTINÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO FORMAL E INFORMAL	9
1.2 CENÁRIOS da EDUCAÇÃO NÃO FORMAL:.....	12
1.3 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – CONCEITOS E HISTÓRICO	18
1.4 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD) E A METODOLOGIA DE EDUCAÇÃO ADOTADA.....	22
1.4.1Aprendizagem Colaborativa e Interação na EAD	24
1.4.2Ambientes Virtuais de Aprendizagem	26
2 GESTÃO DA EAD	28
CONCLUSÕES	32

INTRODUÇÃO

A Educação à Distância - EAD – vem sendo cada vez mais difundida, tanto no Brasil como no mundo. A descoberta e conseqüente utilização de novas tecnologias que permitem a interação à distância entre alunos e professores ocorrem concomitantemente com a globalização e suas conseqüências.

A globalização da economia é, de fato, um dos elementos que alavancam a necessidade de educação permanente, uma vez que o acirramento da competitividade, decorrente desta globalização, exige a constante atualização e aprimoramento de trabalhadores e pesquisadores, com o objetivo de contar-se com profissionais qualificados para o mercado global do trabalho.

Por sua vez, os reflexos da incorporação destas novas tecnologias em novos cenários e por diferentes pessoas vem gradualmente criando uma diversidade de aplicações - como na Educação - que há bem pouco tempo eram impensáveis.

Trata-se de uma nova dimensão da área do conhecimento, facilitada, sobretudo, pelo uso das novas tecnologias a serviço da educação, que permitem a um universo cada vez maior de indivíduos acesso rápido a conhecimentos e informações.

Torna-se claro, portanto, que a demanda por conhecimento e atualização da gestão da educação, neste campo, deve manter-se acelerada, havendo uma tendência geral de aumento do consumo de informações.

Neste cenário, porém, convive-se com um dualismo de possibilidades: de um lado, a evolução tecnológica acelerada e o maior acesso da população, de modo geral, a estes recursos; de outro, a existência de verdadeiras “ilhas” de analfabetismo, uma vez que, segundo Visser¹ (1997), ainda em finais da década de 1990, havia em torno de 1 milhão de pessoas iletradas no planeta e cerca de 130 milhões de crianças em idade escolar fora das salas de aula.

No Brasil, o sistema educacional tradicional, salvo raras exceções, não

¹ VISSER, Jan. *Learning without frontiers: beyond open and distance learning*. In: WORLD ICDE CONFERENCE, 18 th. Proceedings. Pennsylvania: Pennsylvania State University, 1997. *Apud*: RODRIGUES, 1998.

vem conseguindo atender satisfatoriamente à demanda por educação. Além disso, a competitividade do mercado de trabalho exige profissionais que, para fazer frente a tais exigências tenham passado por uma formação muitas vezes longa e dispendiosa. Assim, é difícil supor que a estrutura clássica do sistema educacional, predominantemente presencial, mostre-se apta a atender a esta demanda.

Surge, assim a Educação à Distância como alternativa viável para a melhoria da qualidade e ampliação do atendimento na educação do país, em decorrência da necessidade social de proporcionar educação aos segmentos da população não adequadamente servidos pelo sistema tradicional de ensino.

A EAD, embora seja uma modalidade de ensino já utilizada desde a década de 1940, no Brasil, atualmente vem se destacando principalmente reforçada pelas tecnologias hoje existentes e a maior facilidade de acesso a estes recursos. Sua viabilização, porém, implica em um exaustivo trabalho de pesquisa e avaliação de sua aplicação, buscando a estruturação de modelos adequados à realidade do ensino, no Brasil, a fim de consolidar a EAD como prática educativa, enfatizando, portanto, o trabalho de gestão.

De fato, vem-se acompanhando já há algum tempo o crescimento da EAD, em especial no Brasil, onde a extensão territorial e a falta de equidade na distribuição de oportunidades educacionais são fatos inquestionáveis. Isso vem ampliando também não apenas as possibilidades de formação docente, mas também o número de oportunidades de capacitação profissional de um grande número de indivíduos que, por motivos vários, ficam à margem de possibilidades de capacitação e aperfeiçoamento profissional no sistema de educação formal. Assim, cada vez mais é necessário se buscar formas de atender a uma demanda significativa de profissionais que, não podendo beneficiar-se do ensino convencional, buscam na Educação à Distância a oportunidade de formação.

Experiências bem sucedidas atestam que é possível se instituir bons sistemas de EAD, com resultados equivalentes aos da educação presencial. No entanto, esta nova configuração de ensino requer uma gestão voltada às características particulares dessa modalidade, a fim de que seja possível uma

formação de qualidade. E essa exigência se torna ainda maior quando a EAD é disponibilizada em espaços não formais de educação, exigindo do gestor uma atuação específica aos propósitos pedagógicos nesses espaços.

Frente a este cenário, o presente estudo aborda questões sobre Gestão da Educação à Distância em espaços diferenciados, tendo em vista os novos cenários de atuação do gestor educacional, a exemplo de empresas, Organizações Não Governamentais (ONGs), Conselhos Tutelares, postos de saúde, hospitais, penitenciárias, dentre outros. Os dados serão coletados a partir de análises bibliográficas que abordem o tema, realizadas no período de fevereiro a abril de 2009.

A importância em se fazer abordagens mais aprofundadas sobre o tema se justifica tendo em vista que, hoje, a ação educativa se desenvolve em diferentes espaços da sociedade e também porque, apesar da formação do gestor educacional focalizar a escola como local privilegiado, a própria legislação aponta também outros espaços de trabalho educativo. A atuação do gestor já não se limita mais só ao espaço escolar.

Assim, a gestão fora do âmbito escolar já se faz presente. Torna-se importante relacionar teoria e prática, ou seja, aprofundar conhecimentos teóricos sobre conceitos relacionados à gestão educacional e, ao mesmo tempo, conhecer como se organiza o trabalho educativo fora do contexto escolar.

Sob um outro viés, ao se considerar também as mudanças ocorridas no quadro social brasileiro e na área de atuação dos profissionais da educação, percebe-se a necessidade de investigar em maior profundidade as novas modalidades de ensino - como a Educação à Distância, usualmente associada à utilização de recursos tecnológicos - e a atuação do gestor, tanto nos aspectos pedagógico quanto técnico.

O desenvolvimento do presente tema é, assim, justificado por se perceber que a gestão educativa vai muito além do espaço escolar formal. Por envolver questões políticas, sociais, culturais e históricas deve, necessariamente, ser organizada do ponto de vista pedagógico privilegiando uma abordagem problematizadora, investigativa e reflexiva, buscando formar indivíduos

autônomos, maduros e dispostos a aprender. Além desses princípios fundamentais, na EAD o trabalho do gestor deve, também, voltar-se aos aspectos técnicos, provendo aos educandos conteúdo adequado e educadores em sintonia com as especificidades desta modalidade de ensino e das tecnologias que facilitem a interação educador-aluno, viabilizando, assim, o processo de ensino-aprendizagem que reforça a construção do conhecimento de forma colaborativa e plena.

Propõe-se, portanto, investigar de que maneira se organiza o trabalho do gestor na Educação à Distância fora do espaço escolar formal. Tal proposta vem de encontro à necessidade de se compreender quais aspectos da Educação à Distância devem ser organizados e sistematizados pelo gestor, considerando-se a ampliação dessa modalidade de ensino no cenário atual.

Para compreender um pouco mais este cenário, o presente estudo tem por objetivo geral analisar a organização do trabalho dos gestores de Educação a Distância desenvolvido em espaços fora do âmbito escolar formal. Nesse contexto, estabeleceram-se como objetivos específicos: a) caracterizar a metodologia de educação adotada na modalidade de Educação à Distância; b) verificar como se organiza o trabalho do gestor em espaços não formais de educação; c) discutir o trabalho do gestor relacionado a conceitos de Educação.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 DISTINÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO FORMAL E INFORMAL

A diversidade de termos para tentar definir o campo da educação não formal faz com que seja necessário definir e diferenciar termos como educação formal e informal.

Nesta linha, assim descreve Libâneo (2000, p.42):

A educação não-intencional, também chamada de educação informal ou, ainda, educação paralela: a educação intencional, que se desdobra em educação não-formal e formal.

Nesse contexto, entende-se que, se para classificar os diferentes processos educativos a Pedagogia tomasse como base a diversidade dos indivíduos a serem educados, ter-se-ia uma infinidade de adjetivos para caracterizar as formas de educação. Considerando, por exemplo, o conteúdo a ser estudado, gêneros dos educandos ou a ideologia de ensino, poderia haver desde educação sanitária ou literária, passando por educação masculina ou feminina, até educação marxista ou anarquista. Para simplificar essa questão, criou-se a tríade educação formal, não formal e informal, para tornar possível englobar todos os processos educativos em algum desses três conceitos, explica Trilla (1996).

Essencialmente, o diferencial entre a educação informal e as demais é a questão da intencionalidade. Na educação informal, o ato de educar é inconsciente e surge junto a outra ação cotidiana, enquanto que, na educação formal e não formal, a intenção é nítida e consciente. A diferença entre essas duas últimas apresenta-se basicamente na estrutura e na forma como são organizadas e aplicadas, conforme se verá a seguir (TRILLA, 1996).

O termo formal remete à forma e na área de educação representa um processo educativo estruturado, planejado e organizado sistematicamente. Apesar de processos formais de educação predominarem nas escolas regulares, também

podem ocorrer em outros ambientes de ensino, como cursos de línguas, de capacitação profissional, de alfabetização de jovens e adultos. Havendo intenção de educar, com organização e sistematização do ensino e um projeto didático-pedagógico previamente elaborado, o processo é caracterizado como educação formal.

Relativamente a este tema, assim entende Libâneo:

Neste caso são atividades educativas formais também as educações de adultos, a educação sindical, a educação profissional, desde que nelas estejam presentes a intencionalidade, a sistematicidade e condições previamente preparadas, atributos que caracterizam um trabalho pedagógico-didático, ainda que realizadas fora do marco escolar propriamente dito (LIBÂNEO, 1998, p. 81).

Tanto a educação formal quanto a não formal podem ser aplicadas separadamente; no entanto, é consenso entre a grande maioria dos pedagogos, atualmente, que uma complementa a outra. Atividades extra-curriculares que envolvem mais prática e espontaneidade, são de extrema importância para um melhor entendimento dos conteúdos formais de educação, que se apresentam - em sua maioria - na forma de teoria. Por sua vez, a organização e sistematização do sistema formal enriquecem de maneira significativa as atividades não formais de educação (TRILLA, 1996; LIBÂNEO, 2000).

A educação não formal implica em atividades com intencionalidade de educar, mas que apresentam formações pedagógicas não formalizadas, com pouca estruturação e sistematização.

Segundo Afonso (*apud* VON SIMSON et al., 2001), a educação não formal, mesmo obedecendo a uma estrutura e sistematização própria, diferente daquela adotada nas escolas e podendo, ainda, conduzir a uma certificação (embora não seja essa a sua finalidade primordial), se diferencia da educação formal no que diz respeito à não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto.

Tem-se, como exemplo, movimentos sociais organizados na cidade e no campo, trabalhos comunitários. Instituições como museus, teatros e até mesmo a escola regular podem ser espaços para atividades não formais de educação que

complementem o currículo formal.

Já a educação informal ou não intencional ocorre através dos chamados agentes socializadores. Clima, meio ambiente, organização sócio-política e cultural da sociedade onde vive um determinado indivíduo influenciam diretamente no seu desenvolvimento educacional, mas – na maior parte do tempo – de forma inconsciente, daí seu caráter não intencional.

Nassif define educação informal como sendo “o processo contínuo de aquisição de conhecimento e competências que não se localizam em nenhum quadro institucional” (NASSIF, 1980, p. 277).

Para Trilla, por educação informal entende-se:

[...] toda gama de aprendizagens que realizamos (tanto no papel de ensinantes como de aprendizes), e que acontece sem que haja um planejamento específico e, muitas vezes, sem que nos demos conta (TRILLA 1996, p. 14).

Assim, a diferenciação de cada uma das modalidades de educação aqui abordadas, no que diz respeito aos agentes do processo educativo (ou na perspectiva da questão “quem educa?”), pode ser sintetizada, conforme propõe Gohn:

Na educação formal sabemos que são os professores. Na não-formal, o grande educador é o “outro”, aquele com quem interagimos ou nos integramos. Na educação informal, os agentes educadores são os pais, a família em geral, os amigos, os vizinhos, colegas de escola, a igreja paroquial, os meios de comunicação de massa, etc. (GOHN, 2006, p.29).

Quanto à finalidade de cada um dos campos de educação mencionados, mais uma vez recorre-se à Gohn (2006), que salienta que na educação formal, dentre outros objetivos, destaca-se a aprendizagem de conteúdos sistematizados e normatizados por leis, como o de formar cidadãos e desenvolver competências e habilidades. Como objetivos da educação informal, tem-se a socialização do indivíduo, o desenvolvimento de hábitos, atitudes e comportamentos e de formas de se expressar a partir de valores aprendidos junto aos grupos dos quais o indivíduo faz parte.

Por fim, a educação não formal, que busca capacitar o indivíduo a interagir com o mundo, oportunizando-lhe conhecimento sobre o mundo e suas relações sociais. Os objetivos da educação não formal são difusos, conforme menciona Gohn:

[...] eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades que dele participa. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal. Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc. (GOHN, 2006, p. 29-30).

É importante sempre observar nos educandos os efeitos que suas experiências sociais, econômicas e culturais têm no desenvolvimento de suas atividades educativas formais e não formais. Sua relação com a família e com a comunidade onde vivem afeta de modo significativo sua reflexão sobre os conteúdos apresentados em sala de aula, seja nas escolas tradicionais ou em cursos de capacitação em ambientes educativos diferenciados.

É possível compreender, portanto, que as três formas de classificação da educação encontram-se interligadas e se mostram muito mais eficazes quando trabalhadas em conjunto. No caso da educação formal, essa união torna-se inevitável, devido ao fato desta estar sempre presente no desenvolvimento dos educandos, pois é de caráter permanente. Mas os três conceitos apresentam-se e se desenvolvem através de processos sociais de aquisição de conhecimentos e valores que, quando unidos, propiciam uma formação muito mais completa ao indivíduo a ser educado (GOHN, 1999).

1.2 CENÁRIOS DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL:

Devido às mudanças econômicas e sociais que determinaram transformações significativas na estrutura social de modo geral e, em especial,

nas necessidades educacionais, a ação do Pedagogo passou a estender-se para além do espaço escolar. A ação educativa desenvolve-se em diferentes espaços da sociedade e a essa educação em ambientes alternativos - e que utiliza, muitas vezes, metodologias diferenciadas de ensino - dá-se o nome de educação não formal.

Nos anos 70, La Belle e Verhine definiram a educação não formal como

[...] uma atividade educacional organizada e sistemática, levada a efeito Ofora do marco de referência do sistema formal, visando propiciar tipos selecionados de aprendizagem a subgrupos ou crianças. (1975, *apud* GOHN, 1999, p.91).

No Brasil, a educação não formal veio ganhando cada vez mais atenção desde o final dos anos 80, visando, principalmente, a inclusão social de grupos marginalizados pela política econômica dos governos militares, que provocou um grande êxodo rural, aumentando consideravelmente o volume das favelas nos grandes centros urbanos, principalmente no final dos anos 70, início dos anos 80. Nas décadas anteriores a esse período, a educação não formal era tratada com menor importância por educadores e mesmo pelas políticas públicas, pois os projetos nesta área eram vistos mais como instrumentos de controle da população pelos governos militares, tanto que qualquer projeto de atividade não formal de educação não financiado pelo governo era tido como subversivo (GOHN, 1999).

No decorrer dos anos 80 e 90, a educação não formal começa a se destacar nas discussões acadêmicas, e passa a ser encarada com mais seriedade pelos profissionais da educação e pelo setor público. O mercado de trabalho moderno passa a exigir atualização profissional constante, ao mesmo tempo em que máquinas passam a substituir operários em vários setores. Isso abre um leque gigantesco para atividades não formais de educação no país, tanto na área empresarial de qualificação de funcionários quanto na capacitação para se trabalhar na economia informal.

O modelo econômico neoliberal, aliado à globalização, encontra o auge de seu desenvolvimento nesse período, e envolve os países do terceiro mundo em um ciclo econômico que privilegia uma minoria abastada da população e mantém

o restante à margem da economia e da educação. Enquanto setores elitizados desfrutam de um sistema escolar privado privilegiado, boa parte da população nos países do terceiro mundo fica à mercê de um sistema público de educação e saúde precário (GOHN, 1999).

É nesse contexto social que Organizações Não Governamentais (ONGs) e grupos comunitários se organizam em atividades não formais de educação, não só para alfabetizar e capacitar indivíduos para o mercado de trabalho, mas também para difundir a noção de cidadania e cooperação comunitária (GOHN, 1999).

Conforme destaca Gohn (1999), em 1990 é realizada na Tailândia uma conferência sobre educação, cujos resultados deram origem a dois documentos fundamentais para a difusão da educação não formal, a Declaração Mundial Sobre Educação para Todos, e o Plano de Ação para Satisfazer Necessidades Básicas de Aprendizagem. Para elaboração dos documentos, foram analisadas e utilizadas como referência experiências de ONGs na área educacional na América Latina, e o resultado dessa conferência permitiu uma melhor compreensão da necessidade de ampliar o campo da educação para além do ambiente escolar. Assim, um novo quadro se configura e surgem novas oportunidades de trabalho na área da educação, através dos princípios de ação propostos na Declaração Mundial Sobre Educação para Todos² (UNESCO, 2009).

De acordo com o texto do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), inserido nos documentos acima mencionados.

A conferência adotou uma concepção de saber que se refere à aptidão das pessoas para atuar efetivamente, ou seja, sua capacidade para realizar ações competentes. Nesta concepção o conhecimento adquirido é observado através da maior ou menor habilidade com que a pessoa age na vida familiar, comunitária, social, econômica, política e cultural (1992 *apud* GOHN, 1999, p. 93).

Até a realização da Conferência de Jomtien a educação não-formal era

² Princípio básico nº. 13 da Declaração Mundial sobre Educação para Todos. “A realização de ações conjuntas com organizações não-governamentais, em todos os níveis, oferece grandes possibilidades. Essas entidades autônomas, ao mesmo tempo que defendem pontos de vista públicos, independentes e críticos, podem desempenhar funções de acompanhamento, pesquisa, formação e produção de material, em proveito dos processos da educação não-formal e da educação permanente”. Fonte: UNESCO, 2007.

meramente compreendida como

...processos delineados para alcançar a participação de indivíduos e de grupos em áreas denominadas extensão rurais, animação comunitária, treinamento vocacional ou técnico, educação básica, planejamento familiar, etc. (GOHN, 1999, p. 91-92).

Após a realização daquele evento, associada às profundas mudanças globais, em especial as econômicas que, conseqüentemente, se refletiram no mundo do trabalho, a educação não-formal passou a ser compreendida como aquela em que há intencionalidade em se criar determinadas qualidades ou objetivos. Essa característica é reforçada pelo fato de que a educação não-formal possui grande flexibilidade, seja em termos de espaço (tendo em vista a multiplicidade de espaços nos quais ela pode ocorrer, já que, além das próprias escolas, ela também pode ser ofertada em ONGs, igrejas, sindicatos, associações de bairros, dentre outros), ou de tempo de aprendizagem, uma vez que um tempo flexível respeita as diferenças e as capacidades de cada indivíduo (GADOTTI, 2009).

É válido salientar que são, justamente, essas características da educação não-formal que a tornam aplicável aos mais diferentes grupos sociais, a exemplo dos idosos, para quem, aliás, a própria Constituição Federal de 1988 garante o direito à educação adaptada às suas necessidades específicas³:

CAPÍTULO V

Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados (Brasil, constituição 1988).

Compreende-se, assim, que a área de abrangência da educação não formal é extremamente ampla e atinge inúmeros setores da sociedade através de atividades como aulas de alfabetização para jovens, adultos e idosos, projetos e

³ Ver Estatuto do Idoso Lei N.º 10.741, de 1º de Outubro de 2003. Constituição Federal de 1988.

ações culturais, museus, teatros, etc. Muitos deles são realizados por ONGs, longe da área de atuação das escolas regulares, como afirma Gohn :

Neste cenário, as demandas sobre a educação são múltiplas. De reciclagem, aperfeiçoamento, atuação, especialização, etc. E muitas delas não se situam na área da educação formal, na escola regular. Elas emergem de múltiplos campos e situam-se mais na área de atuação das ONGs, o novo terceiro setor (GOHN, 1999, p. 97).

Evidencia-se, portanto, a diversidade dos processos educacionais não formais, que podem ser trabalhados tanto individualmente quanto por grupos e instituições utilizando diferentes métodos e procedimentos, desde a mais alta tecnologia até as formas mais artesanais de instrumentação.

Em alguns, atividades não formais de educação podem ser confundidas com informais, devido às semelhanças que os dois conceitos apresentam, como no caso da educação familiar, por exemplo, onde a linha que define o aprendizado formal e informal é muito tênue e depende muito da situação apresentada. Esse tipo de confusão em relação aos dois conceitos vem a ser um erro, devido ao caráter intencional que difere a educação não formal da educação informal. Os processos educativos não formais, apesar de nem sempre sistematizados, são organizados e apresentam intenção clara de educar e/ou capacitar o indivíduo. Na educação informal, essa intencionalidade não é tão nítida e, muitas vezes, é nula. Gohn, afirma que “a educação informal decorre de processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregada de valores ou representações, como é o caso da educação familiar”(GOHN, 1999, p. 100).

Já, conforme Afonso (1992), a educação informal apresenta caráter permanente, pois ocorre em todas as possibilidades educativas durante a vida do indivíduo.

Desta forma, evidenciam-se as diferenças entre educação informal e não formal, sendo a primeira um aprendizado espontâneo, cognitivo, enquanto a segunda é um aprendizado intencional e organizado.

Como citado anteriormente, a educação não formal, devido à sua flexibilidade, pode ser direcionada a qualquer objetivo educativo e tem como grande diferenciador a possibilidade de atingi-lo em curto prazo com eficácia,

enquanto que a educação formal geralmente alcança seu propósito após longos períodos. Isso permite, por exemplo, a capacitação rápida de jovens e adultos marginalizados para o mercado de trabalho competitivo e em constante mudança que se apresenta no contexto social atual, o que traz novamente à tona a questão do combate à exclusão, já que um dos pressupostos básicos da educação não formal é a prática social e cidadania.

Nessa perspectiva, a educação não formal aponta meios para a realização de ações solidárias e assistenciais em conjunto com a difusão de conhecimento e capacitação. Com ações coletivas, os cidadãos têm a possibilidade de interação mútua, compartilhando experiências culturais e sociais para atingir um nível cada vez mais avançado de entendimento a respeito dos fenômenos que ocorrem na sociedade (GOHN, 1999).

Deve-se, ainda mencionar que a educação formal, tradicionalmente o campo principal de atuação da Pedagogia, foi por ela sempre priorizada, fazendo com que houvesse algum menosprezo em relação aos processos educativos que ocorrem fora do ambiente escolar. Este parece ser um dos principais focos de superação das atividades da educação não formal. Buscando delimitar o sentido e o significado deste tipo de educação exterior às instituições escolares, Almerindo Janela Afonso comenta que:

Por educação formal entende-se o tipo de educação organizada, com uma determinada seqüência e proporcionada pelas escolas enquanto que a designação educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Por último, a educação não formal, embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém, das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita à não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto (AFONSO, 1992, p. 78).

Contudo, a educação não formal - embora trabalhe com conteúdos e objetivos próprios e caminhe paralelamente à educação formal - assim como esta última deve, também, buscar a construção de um "fazer" próprio, vinculado a uma visão de ensino inovadora, capacitando os indivíduos a se tornarem cidadãos

plenos e oportunizando-lhes a obtenção de informações e de uma formação política e sócio cultural que o prepare para a civilidade e para a qualidade de vida que, como seres humanos e cidadãos, eles têm direito.

O Brasil conta com um campo amplo e fértil de atividades não formais a serem explorados, sejam projetos de inclusão social, educação permanente em empresas públicas e privadas, ou ainda, mais especificamente, a Educação à Distância (EAD).

Porém, é preciso sistematizar e organizar as metodologias e teorias, articulando-as com a educação formal e informal, para conseguir atingir o enorme potencial que a educação social oferece para o país de forma efetiva. Geraldo Caliman afirma que:

Temos no Brasil educadores que colaboram com o nascimento e o desenvolvimento de um *know how* com identidade própria, rica de intuição pedagógica e de conteúdos. Ao mesmo tempo nos damos conta de que é chegado o momento no qual precisamos sistematizar toda essa gama de conhecimentos pedagógicos para compreender melhor e interpretar a realidade e projetar intervenções educativas efetivas (CALIMAN, 2009, p.1).

Entendendo-se, portanto, esta necessidade de lançar mão de “intervenções educativas efetivas”, como menciona Caliman, e, ao mesmo tempo, de tornar acessível a um maior número de alunos a possibilidade de formação, busca-se, aqui, discutir a Educação à Distância como modalidade de ensino a ser utilizada em espaços não formais de educação.

1.3 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – CONCEITOS E HISTÓRICO

Conceitualmente, segundo Moran (2009, p. 1), a Educação à Distância (EAD) pode ser compreendida como:

[...] o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. É ensino/aprendizagem onde professores e alunos não estão normalmente

juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet. Mas também podem ser utilizados o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes.

Tais especificidades nortearam também a concepção de EAD proposta por Torres (2004, p. 60), que a conceitua como sendo:

Forma sistematizada de educação que se utiliza de meios técnicos e tecnológicos de comunicação bidirecional/multidirecional no propósito de promover a aprendizagem autônoma por meio da relação dialogal e colaborativa entre docentes e discentes eqüidistantes.

Configura-se, portanto, como o processo educativo que ocorre sem a interação pessoal entre docente e aluno e, por esse motivo, deve ser conduzido mediante a utilização de técnicas especiais de planejamento do curso, técnicas instrucionais especiais, métodos especiais de comunicação (telemático ou virtual, dentre outros) e estrutura organizacional e administrativa específica, tendo em vista que suas características diferenciam-se dos métodos tradicionais de ensino.

De fato, a idéia básica da Educação à Distância é a de propiciar a alunos - que não teriam acesso direto às instituições tradicionais de ensino por motivos vários - a possibilidade de formação e/ou de aprimoramento educacional mediada por tecnologias de informação, cuja função é a de transmitir informações e conhecimentos e proporcionar-lhes um meio para interagir com o educador.

Considerando-se a estreita relação existente entre a EAD e a necessidade de utilização de meios de comunicação, do ponto de vista histórico o surgimento da EAD, segundo Alves (1994, p.9), ocorre com a invenção da imprensa, em 1448, que gradualmente tornou acessível a um maior número de pessoas o acesso a livros e demais informativos impressos, uma vez que, antes disso “[...] os livros, copiados manualmente, eram caríssimos e, portanto, inacessíveis à plebe, razão pela qual os mestres eram tratados como integrantes da Corte”.

Com a evolução da comunicação escrita e sua popularização, não tardaram a surgir os primeiros cursos por correspondência, a exemplo de um curso de taquigrafia ofertado em 1840, na Inglaterra, considerado por Castro e

Guaranys (1977, p. 407) como um dos primeiros cursos à distância. No início do século XX, têm-se registros de vários outros cursos por correspondência ofertados na Rússia e nos Estados Unidos, sendo em sua maior parte, cursos de extensão universitária ou técnicos.

No Brasil, as primeiras iniciativas privadas de educação à distância surgiram em 1904, com a oferta de cursos via correio, e com aulas transmitidas pela rádios educativas comunitárias.

As primeiras instituições a ofertar cursos por correspondência foram o Instituto Monitor, em 1939, e o Instituto Universal Brasileiro, criado em 1941. Tratavam-se instituições privadas que ofereciam educação não-formal através de cursos técnicos profissionalizantes, para os quais não era exigida escolarização anterior (TORRES; VIANNEY, 2004).

O aprimoramento tecnológico da comunicação, no país, dá início, nas décadas de 1970 e 1980, a iniciativas de fundações privadas e organizações não governamentais na oferta de cursos supletivos à distância, utilizando-se do modelo de teleducação, constituído de aulas transmitidas via satélite com apoio de materiais impressos. Nas instituições de ensino superior a modalidade de EAD inicia-se somente na década de 1990, com o advento das novas tecnologias de comunicação e informação e a expansão da Internet, surgindo concomitantemente a primeira legislação específica para EAD no ensino superior (TORRES; VIANNEY, 2004).

O percurso histórico da educação à distância associada ao uso de tecnologias até o ano de 2002, no Brasil, é mostrado no quadro a seguir:

Quadro 1 - Breve histórico do uso de tecnologias na EAD no Brasil

- **1904** – Mídia impressa e correio – ensino por correspondência privado
- **1923** – Rádio Educativo Comunitário
- **1965-1970** – Criação das TVs Educativas pelo poder público
- **1980** – Oferta de supletivos via telecursos (televisão e materiais impressos), por fundações sem fins lucrativos
- **1985** – Uso do computador “stand alone” ou em rede local nas universidades
- **1985-1998** – Uso de mídias de armazenamento (vídeo-aulas, disquetes, CD-ROM, etc.) como meios complementares
- **1989** – Criação da Rede Nacional de Pesquisa (uso de BBS, Bitnet, e e-mail)
- **1990** – Uso intensivo de teleconferências (cursos via satélite) em programas de capacitação a distância
- **1994** – Início da oferta de cursos superiores a distância por mídia impressa
- **1995** – Disseminação da Internet nas Instituições de Ensino Superior, via RNP
- **1996** – Redes de videoconferência – Início da oferta de mestrado a distância, por universidade pública em parceria com empresa privada
- **1997** – Criação de Ambientes Virtuais de Aprendizagem – Início da oferta de especialização a distância, via Internet, em universidades públicas e particulares
- **1999 – 2001** - Criação de redes públicas, privadas e confessionais para cooperação em tecnologia e metodologia para o uso das NTIC na EAD
- **1999 – 2002** – Credenciamento oficial de instituições universitárias para atuar em educação a distância

Fonte: TORRES; VIANNEY, 2004.

Deve-se salientar que, embora as novas tecnologias sejam os fatores que viabilizam a Educação à Distância, outros significados devem ser considerados na conceituação e adoção da EAD como modalidade de ensino e aprendizagem a partir de suas características. Além da distância entre aprendiz e educador, que deixa de ser um fator muitas vezes impeditivo para que o aluno complete seu processo educativo e da utilização das novas tecnologias, a EAD permite um novo enfoque da atividade educativa, centrada no educador e na aprendizagem individual do aluno, que pode se realizar fora do ambiente escolar tradicional, estendendo, assim, seu campo de abrangência e abrindo novos espaços de atuação para os educadores.

1.4 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD) E A METODOLOGIA DE EDUCAÇÃO ADOTADA

Do ponto de vista legal, a modalidade de educação a distância obteve respaldo legal com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 –, que estabelece, em seu artigo 80, a possibilidade de uso da modalidade de educação à distância em todos os níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 1996):

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Esse artigo foi regulamentado posteriormente pelos Decretos 2.494 e 2.561, de 1998, ambos revogados pelo Decreto 5.622, em vigência desde sua publicação em 20 de dezembro de 2005, que assim a define em seu art. 1 (BRASIL/MEC/SEAD, 2007):

Caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Conforme preceitua o Ministério de Educação brasileiro, não existe um

modelo único de Educação à Distância, haja visto que os programas podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos, tanto educacionais quanto tecnológicos.

Na prática, a definição da tecnologia e da metodologia mais indicada irá depender da natureza do curso e das reais condições do cotidiano e das necessidades dos alunos. O que muda, fundamentalmente, entre os métodos de ensino tradicionais e a EAD não é a metodologia de ensino, mas a forma de comunicação. As estratégias de ensino devem incorporar estas novas formas de comunicação e, também, o potencial de informação que o meio midiático propicia. A utilização da interatividade na aprendizagem passa a apresentar uma nova dimensão, potencializada pela Internet e suas ferramentas (como a vídeoconferência e os softwares de reunião eletrônica).

Todavia, mesmo que a modalidade a distância possibilite diferentes e distintos modos de organização, deve-se destacar um aspecto que deve ser comum a qualquer projeto de EAD: “é a compreensão da educação como fundamento primeiro, antes de se pensar no modo de organização: a distância” (BRASIL, 2007, p. 7).

A esse respeito, o próprio Ministério da Educação, em seus “Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância”⁴ alerta para o fato:

[...] embora a modalidade a distância possua características, linguagem e formato próprios, exigindo administração, desenho, lógica, acompanhamento, avaliação, recursos técnicos, tecnológicos, de infraestrutura e pedagógicos condizentes, essas características só ganham relevância no contexto de uma discussão política e pedagógica da ação educativa.

A utilização inovadora da tecnologia de informação e comunicação aplicado à educação a distância deve estar fundamentada em uma filosofia de aprendizagem que propicie aos alunos a oportunidade de interagir, de desenvolver projetos compartilhados e de construir o conhecimento.

⁴ Ver mais em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciaisead.pdf>.

1.4.1 Aprendizagem Colaborativa e Interação na EAD

Por se constituir em uma modalidade de ensino que apresenta características próprias, a metodologia adotada na EAD deve, também, se fundamentar nas peculiaridades que envolvem a relação educador e educando, destacando-se a aprendizagem colaborativa e forma de interação que se estabelece entre eles.

A aprendizagem colaborativa deve fazer parte de uma metodologia de ensino/aprendizagem que estimule a participação do aluno no processo de aprendizagem e colabore para fazer da aprendizagem um processo ativo e efetivo. Por meio da mediação do docente, o processo educativo pode promover a aprendizagem colaborativa nos ambientes virtuais de aprendizagem, contemplando, desta forma, a comunicação e potencializando a interação.

Pierre Lévy (1999, p. 158), ao abordar a aprendizagem colaborativa na EAD, salienta que:

A direção mais promissora, que por sinal traduz a perspectiva da inteligência coletiva no domínio educativo, é a da aprendizagem cooperativa.[...] O professor torna-se um animador da inteligência coletiva dos grupos que estão a seu encargo. Sua atividade será centrada no acompanhamento e na gestão das aprendizagens: o incitamento à troca de saberes, a mediação relacional e simbólica, a pilotagem personalizada dos percursos de aprendizagem, etc.

Enfatizando a aprendizagem colaborativa em torno de um objetivo comum, a EAD depende de um processo de interação inovador que busque romper a lógica do ensino tradicional e estimule, no aluno, a apropriação de conhecimentos de forma reflexiva e autônoma (TAVARES, 2009)

A aprendizagem colaborativa, para Souza (2007, p. 144.), é a atividade através da qual os participantes constroem cooperativamente um modelo explícito de conhecimento. Fundamenta-se essencialmente na interação e na participação ativa/colaborativa de todos os envolvidos no processo de ensino/aprendizagem.

A interação é, portanto, um componente essencial para que a EAD cumpra seu papel como metodologia de ensino. Reforçando esta idéia, Moore e

Kearsley (2007, p. 152) entendem que “O ensino a distância eficaz depende de uma compreensão profunda da natureza da interação e de como facilitá-la por meio de comunicações transmitidas com base em tecnologia”.

A interação, seja considerada nas três dimensões, entre aluno/conteúdo, aluno/instrutor ou aluno/aluno (MOORE; KEARSLEY, 2007), deve propiciar um ambiente de aprendizagem e de prática capaz de produzir significados, compreensão e ação crítica, de estimular uma aprendizagem estruturada na cooperação e na autonomia, de assegurar a posição central do indivíduo na construção do conhecimento e, por fim, de possibilitar o alcance de resultados (COELHO, 1999).

Na EAD a interatividade ocorre, portanto, entre o conteúdo e o aluno, por meio do uso de técnicas pedagógicas, dos suportes audiovisuais e hipermídia interativa, e entre o aluno e professor mediante os meios de comunicação disponíveis.

Silva (1998) assinala a importância da visualização dos conteúdos do programa de ensino, um aspecto essencial para estimular de forma satisfatória não apenas a percepção e a cognição do aluno, mas também sua atenção e motivação.

Na interação entre aluno/instrutor, cabe a este último a função de dirigir o fluxo das informações para o aluno no momento de planejar e desenvolver as aulas, além de motivá-lo e apoiá-lo durante todo o processo.

Por fim, as interações aluno/aluno, as quais, de acordo com Silva (1998), possibilitam ao aluno expandir e aplicar seus conhecimentos de forma compartilhada, o que contribui para seu aprimoramento individual e autonomia.

O processo de interação propicia o surgimento de novas referências, instigando o aluno a articular novos e diversos pontos de vista. Também o compartilhamento de questionamentos e reflexões relacionados à sua vivência do processo educativo com os demais alunos favorece o estabelecimento de um trabalho colaborativo e compartilhado de aprendizagem (PRADO, 2010).

Na EAD, o princípio da interação e da interatividade é fundamental para o processo de comunicação e, assim, devem ser garantidos no uso de qualquer

meio tecnológico a ser disponibilizado. Assim, o processo de ensino e aprendizagem nesta modalidade deve estar ancorado em um sistema de comunicação que permita ao aluno resolver prontamente questões relacionadas ao material didático e seus conteúdos e aspectos voltados à orientação de aprendizagem, de forma a articular o aluno com os docentes, tutores, demais colegas, coordenadores do curso e de disciplinas e com os gestores.

Em síntese, conforme preceitua o Ministério de Educação, um projeto de EAD que vise cumprir efetivamente seu papel de formar alunos capacitados, autônomos e críticos deve, assim,

[...] prever vias efetivas de comunicação e diálogo entre todos os agentes do processo educacional, criando condições para diminuir a sensação de isolamento, apontada como uma das causas de perda de qualidade no processo educacional, e uma dos principais responsáveis pela evasão nos cursos a distância (BRASIL, 2007, p. 13).

1.4.2 Ambientes Virtuais de Aprendizagem

O processo de ensino na modalidade EAD tem como cenário específico os chamados “ambientes virtuais de aprendizagem” que, dentre outros recursos, são constituídos por um sistema que gerencia o armazenamento dos conteúdos adotados por cada disciplina e um ambiente gráfico. Por ambiente gráfico entende-se o meio pelo qual o usuário interage com o ambiente virtual de aprendizagem e que abriga as informações organizadas e estruturadas a partir das necessidades de cada grupo de alunos e voltadas a estudos e pesquisas (KOVALSKI, 2008).

A utilização de ambientes virtuais de aprendizagem na Educação à Distância substitui a sala de aula através da comunicação dos usuários e possibilita a alunos e professores, mesmo distantes, a interação e a criação de uma rede propícia à aprendizagem (LÉVY, 1999).

Segundo Matos (2007, p. 131):

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) são os responsáveis

pela maioria dos cursos a distância que possuímos. Caracterizados como sala de aula interativa, possibilitam aos seus usuários uma construção integrada de informação, comunicação e aprendizagem on-line. Permitem a disponibilização de materiais diversos produzidos pelo professor, em geral possuem fóruns, chats e correio eletrônico, o que possibilita a troca de informações entre professores e alunos. O ambiente proporciona a construção do conhecimento, a autonomia e a participação dos alunos no processo ensino-aprendizagem, bem como o acompanhamento do professor perante a participação de cada um dos seus alunos.

Harassim et al (2005, p. 221) ressaltam os benefícios do ambiente virtual de aprendizagem, assinalando que estes “proporcionam uma rica oportunidade de intercâmbio de informações e idéias, em que todos os alunos devem participar ativamente, aprendendo uns com os outros e com o professor”.

O trabalho colaborativo em um ambiente virtual cria novas possibilidades de aprendizagens, facilita a construção coletiva do conhecimento, aproxima pessoas geograficamente distantes, minimiza o tempo e os custos e possibilita atividades colaborativas em tempo real. De acordo com Matos e Torres (2009, p. 5), “O trabalho colaborativo em um ambiente virtual é uma forma inovadora de se trabalhar, ensinar e aprender”.

Deve-se destacar que o desenvolvimento de um ambiente virtual de aprendizagem requer o trabalho de uma equipe interdisciplinar, uma vez que sua estrutura deve considerar aspectos pedagógicos, de programação e de design.

2 GESTÃO DA EAD

Inicialmente, é necessário salientar que uma gestão da educação eficaz requer, essencialmente, dois atributos essenciais: autonomia e distribuição do poder de decisão, onde os envolvidos no processo de gerir devem estar vinculados a um mesmo propósito (MORAES, 2007).

Sua prática envolve desde a formulação de políticas e planos institucionais e a concepção de projetos pedagógicos para os sistemas educacionais e instituições de ensino, até a execução, supervisão e avaliação institucional das atividades de ensino, pesquisa e extensão e a administração dos recursos financeiros, materiais e tecnológicos (SCHULTZ, 2008).

Os debates políticos pedagógicos já há algumas décadas considera a gestão da educação como um dos pressupostos essenciais para a democratização do cenário educativo do país. Destaca-se, assim, a autonomia da escola e a necessidade de uma gestão voltada à qualidade do ensino.

Ao longo da década de 2000, na gestão da educação, no Brasil, o Estado centraliza o controle, a supervisão e a avaliação, sendo o currículo escolar autônomo, porém fundamentado nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (SCHULTZ, 2008).

Neste cenário, a organização e gestão da escola passam a requerer um gestor com perfil inovador, com capacidade de executar novas práticas em um contexto de mudanças e de inovações constantes. Conforme destaca Schultz (2008, p. 6), um gestor que atue como agente transformador, cuja capacidade de inovação contemple as dimensões tecnológicas, políticas e culturais e, ainda, a “mudança de métodos, técnicas e de materiais de ensino”.

Inserir-se, aí, portanto, o gestor da educação na EAD, um processo de aprendizagem que, por ser fundamentalmente mediado e operacionalizado em um ambiente inovador que se utiliza de meios tecnológicos de informação, requer uma gestão particularmente voltada a estas características.

Pires (2001) salienta que a gestão educacional de sistemas de EAD deve ser centrada em um processo de aprendizagem que sirva de apoio à construção

do conhecimento e ao desenvolvimento do indivíduo, mas, ao mesmo tempo, em sistemas voltados para o acompanhamento, os meios de comunicação e materiais didático-pedagógicos, o que amplia o papel do gestor para além das fronteiras geográficas do ambiente escolar. Ele passa, também, a gerir um processo de ensino aprendizagem que envolve alunos geograficamente dispersos, o que exige uma infraestrutura institucional diferente daquela voltada à modalidade tradicional de ensino.

As características específicas do processo de EAD requerem uma estrutura que, de acordo com Amaral et al. (2008), seja organizada em diversas unidades, responsáveis pela administração financeira, de pessoal e acadêmica, pela produção e divulgação de material didático, suporte técnico, dentre outras. Esta estrutura deve, obrigatoriamente, funcionar em perfeita sintonia.

Schultz (2008) reafirma a importância desta estrutura manter as tecnologias de informação e comunicação (TICs) em consonância com as necessidades de cada instituição e do seu processo de ensino com foco nas necessidades internas, mas também no suporte às ferramentas disponíveis para operacionalização do processo educativo. De fato, conforme salientam Polak, Duarte e Unopar (2008), o uso das tecnologias na educação remete à necessidade de uma redefinição do conceito de gestão em EAD.

É fundamental que esta gestão possa contar com uma equipe de profissionais especialistas que atue de forma colaborativa, constituída por educadores, especialistas, webdesigners e administradores, dentre outros, para atuarem no controle e na avaliação das atividades pedagógicas, administrativas, financeiras e de suporte técnico (SCHULTZ, 2008).

Diante desta complexidade estrutural, cabe ao gestor de educação em EAD orquestrar competências, responsabilidades e atitudes, ampliando sua função de gerenciar (POLAK; DUARTE; UNOPAR, 2008). Se anteriormente na gestão em EAD o enfoque era prescritivo e normativo, e suas funções eram as de previsão, organização, comando, coordenação e controle (CHIAVENATO, 2004), hoje estas funções envolvem planejamento, organização, direção e controle.

Destaca-se, aqui, o planejamento, por ser esta a função responsável pela

estruturação geral de um projeto de EAD que, por sua amplitude, não pode prescindir da participação e orientação específica do gestor, que fará a previsão das atividades de ensino que se constituirão no plano didático propriamente dito (seleção e organização de conteúdos, estabelecimento e definição de recursos e de materiais didáticos a serem adotados, além das estratégias de ensino e de avaliação) (BRASIL, 2007).

De acordo com o proposto pelo Ministério de Educação, em seus “Referenciais de Qualidade para Educação Superior à Distância”, a gestão dos projetos de EAD, em sua etapa de planejamento, deve partir de uma abordagem sistêmica que leve em conta dimensões relacionadas aos aspectos pedagógicos, de recursos humanos e de infraestrutura, as quais devem constar do Projeto Pedagógico de cada instituição nos cursos a distância, considerando-se os seguintes (BRASIL, 2007, p. 8):

- (I) Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem
- (II) Sistemas de Comunicação
- (III) Material Didático
- (IV) Avaliação
- (V) Equipe Multidisciplinar
- (VI) Infra-estrutura de Apoio
- (VII) Gestão Acadêmico-Administrativa
- (VIII) Sustentabilidade Financeira

Como visto, a gestão da educação na EAD, por envolver diferentes aspectos, deve prever a definição, estruturação e funcionamento sistemático de tudo que faz parte da proposta pedagógica definida para o processo educativo, prevendo, ainda, a preparação, o acompanhamento, monitoramento e a avaliação das equipes para garantir o adequado funcionamento do sistema adotado.

Em uma perspectiva geral, segundo Polak, Duarte e Unopar (2008), a gestão em EAD deve zelar pelos princípios pedagógicos e promover a interseção entre a tecnologia e o indivíduo, levando em conta que educar, no contexto da EAD, consiste em desenvolver estratégias pedagógicas, estimular e investir Na capacitação específica dos atores envolvidos no processo (administrativo, docentes, tutores, equipes de apoio e técnica) e buscar mecanismos que

assegurem uma educação de qualidade.

Para tal, conforme entende Retamal (2009, p. 43), “é fundamental planejar e implementar sistemas de avaliação institucional permanentes, de forma a subsidiar melhorias na gestão e, principalmente, na qualidade do processo pedagógico”.

CONCLUSÕES

Os impactos trazidos pelo acelerado avanço científico e tecnológico são marcantes em todos os setores da sociedade, afetando e modificando as estruturas de um grande número de áreas da vida do homem, incluindo a Educação. A incorporação destas tecnologias às formas tradicionais de ensino impulsionou o surgimento da modalidade de Educação a Distância (EAD), que veio a atender um universo de indivíduos que, por motivos vários, encontravam-se excluídos do sistema de educação tradicional.

Como visto ao longo da análise apresentada neste estudo, a EAD constitui-se na modalidade educacional na qual a mediação pedagógica no processo de ensino aprendizagem ocorre mediante a utilização de recursos tecnológicos de comunicação e informação. Neste cenário, os desafios tecnológicos e pedagógicos da informática educativa, especialmente para a Educação à Distância, são muitos e complexos. Seu enfrentamento requer planejamento, trabalho de equipe, profissionais preparados, equipamentos adequados, proposta pedagógica específica e uma gestão eficiente para a realização de bons programas educacionais.

Daí emerge a importância da gestão da educação em EAD, um processo complexo que exige a articulação de diversos atores, tecnologias e serviços e o estabelecimento de uma proposta pedagógica capaz de cumprir com o objetivo de disponibilizar uma formação educativa de qualidade.

As muitas variáveis envolvidas em um sistema de EAD tornam necessário o estabelecimento de mecanismos que possibilitem o gerenciamento e a efetividade do processo educativo e a formalização de estruturas e de procedimentos que viabilizem tanto a gestão pedagógica quanto a gestão do sistema.

Uma gestão em EAD que vise à eficiência deve, portanto, estar balizada em métodos e técnicas que permitam um planejamento adequado das decisões a serem tomadas, haja visto a estrutura complexa e específica que a fundamenta. Assim, para garantir a eficiência do processo de EAD, é necessário um trabalho

de gestão que envolva não apenas a coordenação das atividades administrativas, mas também o planejamento e organização de infra-estruturas e de equipes envolvidas no processo.

Porém, não menos importante e igualmente necessária, destaca-se, por fim, a necessidade de uma gestão da educação em EAD que priorize a valorização dos indivíduos, entendendo-os como elementos imprescindíveis para assegurar que o processo educativo seja desenvolvido em um espaço participativo e ético e no qual o objetivo primordial seja o de potencializar sua formação pessoal e profissional.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Sociologia da educação não-escolar: reatualizar um objetivo ou construir uma nova problemática? In: ESTEVES, A. J.; STOER, S. R. (Orgs.) *A sociologia na escola: professores, educação e desenvolvimento*. Porto: Afrontamento, 1992.

ALVES, João Roberto Moreira. *A educação à distância no Brasil: síntese histórica e perspectivas*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, 1994.

AMARAL, R.C.B.M.; ROSINI, A.M. Gestão estratégica em programas de Educação a Distância: o impacto do processo de aprendizagem na construção do conhecimento. In: *Congresso Internacional ABED de Educação a Distância*, 14. 2008, Santos. [Anais...] São Paulo: ABED, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Referenciais de qualidade para educação superior a distância – versão preliminar*. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. 1996.

BRASIL/MEC. *Decreto nº. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998*. Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei nº.9.394/96). Brasília. Diário Oficial da União.

CALIMAN, Geraldo. Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social na Europa (Itália). In: I Congresso Internacional de Pedagogia Social, 1., 2006 . *Anales electrónicos...* Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100015&lng=es&nrm=abn. Acesso em: 23 de abril de 2009.

CASTRO, C.M.; GUARANY, L.O. *O ensino por correspondência: uma estratégia do desenvolvimento educacional no Brasil*. Rio de Janeiro: [s/n], 1977.

CHIAVENATO, Idalberto. *Administração nos novos tempos*. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COELHO, M.I.M. Proposta do Projeto "Capacitação de Docentes do Ensino

Superior quanto à relação entre ensino, pesquisa e avaliação via aplicação de Internet.. Parte da UEMG para o *Consórcio BH2 ProTem - CNPq-RNP*, julho de 1999.

DUARTE, E.C.V. *O novo desenho da gestão do sistema de Educação a Distância*. Fortaleza, 2007. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Informação e Comunicação) – Programa de Mestrado Profissional em Tecnologias da Informação e Comunicação na Formação em Educação a Distância, Universidade Federal do Ceará.

GADOTTI, Moacir. *A questão da educação formal/não formal*. Publicado em outubro de 2005. Disponível em http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos.Portugues/Educacao_Popular_e_EJA/Educacao_formal_ao_formal_2005.pdf. Acesso em: 30 de abril de 2009.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.14, nº. 50. jan./mar. 2006. p. 27-38.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

HARASIM, Linda; TELES, Lucio; TUROFF, Hiltz R. *Redes de aprendizagem: um guia para ensino e aprendizagem on line*. São Paulo: Senac, 2005.

KOWALSKI, Raquel Pasternak G. *Eurek@Kids: uma experiência de uso de ambiente virtual de aprendizagem no processo ensino-aprendizagem em contexto hospitalar*. Curitiba. 2008. 154p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 2000.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; TORRES, Patrícia Lupion. Ambiente virtual - o cenário do futuro. *III Seminário Internacional - As Redes de Conhecimentos e a Tecnologia*. 2005. Disponível em: <http://www.lab-eduimagem.pro.br/frames/seminarios/pdf/elizlmm.pdf>. Acesso em: 21 jan 2010.

MORAES, M. *Guia do curso e docência em EAD: programa Aberta-Sul*. Florianópolis: UFSC/UFSM, 2007.

MORAN, José Manuel. *O que é educação à distância?* Disponível em <http://www.eca.usp.br/prof/moran/textosead.htm>. Acesso em 25 maio 2009.

NASSIF, Ricardo. *Teoría de la educación: problemática pedagógica contemporánea*. Madrid: Cincel, 1980.

PIRES, H.F. Universidade, políticas públicas e novas tecnologias aplicadas à Educação a Distância. *Revista Advir*. Rio de Janeiro. n. 14, 2001. p. 22-30.

POLAK, Y.N.S.; DUARTE, E.C.V.G; UNOPAR, E. M.A. Construindo um novo cenário da gestão de sistemas de Educação a Distância. Congresso Internacional ABED de Educação a Distância. 14. 2008, Santos. [Anais...] São Paulo: ABED, 2008. p. 1-10.

PRADO, Maria Elisabete Brisola P. *Mediação pedagógica: suas relações e interdependências*. Disponível em: <www.sbc.org.br/bibliotecadigital/download.php?paper=727>. Acesso em 29 jan 2010.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz. *Modelo de avaliação para cursos no ensino à distância: estrutura, aplicação e avaliação*. Florianópolis. 1998. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção Universidade Federal de Santa Catarina.

SCHULTZ, Rita. Gestão da educação: inovação e mudança. *Revista Eletrônica de Política e Gestão Educacional*. n.5. São Paulo: UNESP. 2º sem. 2008.

SILVA, Cassandra Ribeiro de O. e Silva. *Bases pedagógicas e ergonômicas para concepção e avaliação de produtos educacionais informatizados*. Florianópolis. 1998. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós Graduação. Universidade Federal de Santa Catarina.

SOUZA, Renato Rocha. Aprendizagem colaborativa em ambientes virtuais: o caso das listas de discussão. In: COSCARELLI, Carla Viana. (Org.). *Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar*. v.1. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

TAVARES, Valéria Ribeiro de C. O ambiente inovador da EaD como agente de mudanças e transformações das práticas pedagógicas. *Revista Eletrônica SEED MEC*. Disponível em <<http://www.universia.com.br/ead/materia.jsp?materia=12902>>. Acesso em 23 jan 2010.

TORRES, Patrícia Lupion. *Laboratório on line de aprendizagem: uma proposta crítica de aprendizagem colaborativa para a educação*. Tubarão/SC: Unisul, 2004.

TORRES, Patrícia; VIANNEY, João. Os paradoxos do ensino superior à distância no Brasil. *Revista Virtual Educa Barcelona*. 2004. Disponível em: <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:19534&dsID=n02torres04.doc>. Acesso em 18 maio 2009.

TRILLA, Jaume Bernet. *La educación fuera de la escuela – ambitos no formales de educación social*. Barcelona: Ariel, 1996.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. *Declaração Mundial sobre educação para todos – plano de ação para satisfazer as*

necessidades básicas de aprendizagem. Disponível em http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/decjomtien. Acesso em: 29 de abril de 2009.

VON SIMSON, Olga R. de M.; PARK, Margareth B.; FERNANDES, Renata A. (Orgs.). *Educação não formal: cenários da criação*. Campinas: Unicamp, 2001.